



SISTEMA DE GESTÃO DE  
CONVÊNIOS E PARCERIAS

## ANÁLISE TÉCNICA

Tipo de Análise: Técnica

Setor da Análise: Setor de Convênios

Parecer: Favorável

Fase: Plano

### NOTA TÉCNICA

Referência: Convênio de Saída construção de quadra poliesportiva - Programa de Fortalecimento das Escolas Municipais

O presente expediente se refere ao convênio de saída para repasse de recursos financeiros do Estado Secretaria ao Município de Japonvar, para execução de obras: construção de quadra poliesportiva na Escola Municipal Cemei Menino Jesus no Distrito de Nova Minda, no âmbito do Programa de Fortalecimento das Escolas Municipais.

O processo foi instruído pelo Município no Sistema de Gestão de Convênios e Parcerias, nos termos do Decreto Estadual nº 46.319/2013, da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015, da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 001/2021, e do Decreto Estadual nº 48.138/2021, e encaminhado para a Diretoria de Gestão de Contratos e Convênios, pela Coordenação de Contratualização em Infraestrutura.

Compete à Diretoria de Gestão de Contratos e Convênios, que tem por competência coordenar e acompanhar processos de análise, de elaboração e de tramitação de instrumentos jurídicos relativos a contratos, convênios e outros ajustes, competindo-lhe, entre outras atribuições, analisar, do ponto de vista da legalidade, as propostas de convênios e elaborar os instrumentos jurídicos dos processos.

Assim, passamos à análise do expediente:

Inicialmente, atestamos que em consulta ao Portal de Convênios não foram encontrados convênios vigentes celebrados com o Município que tenham o mesmo objeto da atual proposta, portanto, não se configura a existência simultânea de convênios vigentes com o mesmo Conveniente e idêntico objeto, conforme disposto no art. 18 do Decreto Estadual nº 46.319/2013.

A verificação de regularidade da instrução processual foi feita por meio do preenchimento do Checklist (510841), constante do Anexo I da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015, que regulamenta o Decreto Estadual nº 46.319/2013, atualizado pelo Anexo VII da Resolução Conjunta Segov/Age nº 001/2021.

Em que pese a irregularidade do CRC CAGEC (510840) consideramos as exceções legais do art. 25 da Lei Complementar 101/2000 e do § 14 do art. 160 da Constituição Estadual.

Verificamos no CRC CAGEC a representação do Prefeito Municipal, nesse aspecto, ressaltamos que a análise da documentação de representação e de regularidade cadastral e fiscal do Conveniente compete à Equipe Gestora do CAGEC, unidade administrativa da Secretaria de Estado de Governo - SEGOV, responsável pela gestão do sistema CAGEC, dessa forma foi dispensada a apresentação da documentação já entregue quando do cadastro, nos termos do § 2º, do art. 8º da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015, in verbis:

§ 2º - O conveniente está dispensado de apresentar ao concedente os documentos anteriormente entregues para o Cagetc, ressalvados os casos expressamente previstos nos Anexos I a IV. (Redação dada pela Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº. 006, de 2017)

No que compete ao Parecer Técnico emitido pela Coordenação de Contratualização em Infraestrutura a quem cabe o acompanhamento e a fiscalização da política pública a ser executada por meio do convênio, esclarecemos que não adentramos ao mérito da opinião técnica, uma vez que não possuímos habilitação específica para tal manifestação.

Sobre a minuta do convênio (510842), informamos que essa foi gerada automaticamente pelo Sistema

de Gestão de Convênios SIGCON/Saída, a partir do plano de trabalho 2394/2021, tendo sido suprimidas as disposições relativas à possibilidade de subconveniatar, e às relativas à contrapartida não financeira, uma vez que não são o caso do presente Convênio.

O prazo previsto para apresentação de proposta de alteração do Convênio, descrito na Subcláusula Primeira da Cláusula 9º foi alterado de 45 (quarenta e cinco) para 90 (noventa) dias, conforme previsão do § 2º do art. 51, do Decreto Estadual nº 46.319/2013, uma vez que esse último é considerado mais adequado à tramitação do processo de aditamento no âmbito da Secretaria de Estado de Educação.

Com relação à Cláusula do Foro, embora a minuta padrão indique que o foro competente para as demandas entre Estado e Município é o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, seguindo orientação da Assessoria Jurídica, Unidade de Execução da AGE/MG na Secretaria de Estado de Educação, em precedentes já examinados, alteramos a referida Cláusula para a redação padrão, considerando a inconstitucionalidade da alínea "j", do inciso I, do art. 106 da Constituição Estadual, declarada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Nos termos aqui expostos, diante da análise da Diretoria de Gestão de Contratos e Convênios acerca da regularidade da instrução documental atestada nesta Nota Técnica, considerando o Parecer Jurídico Referencial nº 16.200 de 25/03/2020, emitido pela Advocacia Geral do Estado, e o Memorando.SEE/AJ CONSULTA.nº 46/2021 constante do processo, esse será enviado para autorização da SEGOV, nos termos do art. 6º do Decreto Estadual nº 48.138/2021.

Thânady Pereira Dias  
Analista do Setor de Convênios

Artur Augusto Bernardes de Mesquita Costa  
Coordenador do Setor de Convênios

Emerson Roberto Guimarães Lima  
Diretor da Diretoria de Gestão de Contratos e Convênios

THANADY PEREIRA DIAS - 094.xxx.xxx-88

08/02/2022



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#) por:

- **THANADY PEREIRA DIAS**, 094.xxx.xxx-88, como ANALISTA TÉCNICO, em 08/02/2022 08:46:03



A autenticidade deste documento pode ser conferida pelo link <https://www.convenios.mg.gov.br/sigconv2/autenticidade?cid=125267&ca=3387015360>, informando o código verificador **125267** e o código CRC **3387015360**